

Ofício: 364/2025.

Cunha, 14 de novembro 2025.

Ao Exmo. Sr. Vereador
Ademir Sanches,
DD Presidente da Câmara Municipal de Cunha.

**Assunto: PROJETO DE LEI QUE ALTERA O PARÁGRAFO SEGUNDO DO ARTIGO 1º DA
LEI 1.414/2015**

Senhor Presidente Ademir Sanches,

Temos a honra de encaminhar a essa Egrégia Câmara Municipal, nos termos do art. 69, inciso XI, da Lei Orgânica deste Município, o incluso Projeto de Lei que altera o parágrafo segundo do artigo 1º da lei 1.414/2015.

Entendendo ser de interesse para o Município a aprovação e tramitação com urgência do presente Projeto de Lei, justificado pela necessidade da utilização de recursos para uso de manutenções e aquisição de serviços para aplicação integral e efetiva da presente Lei, motivos pelos quais submeto seus termos ao Juízo dessa respeitável Casa Legislativa, requerendo, na forma dos artigos 30 e 41 da Lei Orgânica do Município, a votação e aprovação do mesmo, bem como sua tramitação em REGIME DE URGÊNCIA.

Na oportunidade, reitero meus votos de consideração e apreço a essa Casa de Leis.

Atenciosamente,

RODRIGO SÉRGIO DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

Visite Cunha, Capital Nacional da Cerâmica de Alta Temperatura.

Com belíssimas paisagens somos o destino para quem ama o contato com a natureza, cultura, gastronomia e para a prática de esportes ao ar livre.

Acesse o Portal
Turístico Oficial
de Cunha.



PROJETO DE LEI _____, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025.

**DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO PARÁGRAFO
SEGUNDO DO ARTIGO 1º DA LEI 1.414/2015 E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

RODRIGO SÉRGIO DO NASCIMENTO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CUNHA, no uso de suas atribuições legais, elabora e submete ao plenário, para discussão e deliberação, o presente projeto de lei:

Art.1º. Altera-se o parágrafo segundo da Lei Municipal nº 1.414/2015 que passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo Segundo: O valor arrecadado com a CIP deverá ser destinado prioritariamente ao pagamento do custo efetivo do consumo de energia elétrica destinado à iluminação pública, o saldo remanescente após o custeio, deverá ser destinado à ampliação da rede, à instalação de novos pontos de iluminação pública, bem como às despesas de manutenção, aquisição de equipamentos e material elétrico de consumo necessários à prestação dos serviços da rede pública de iluminação, observadas normas regulamentares e critérios de transparência administrativa.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Cunha, 14 de novembro de 2025.

Rodrigo Sérgio do Nascimento
Prefeito Municipal

Visite Cunha, Capital Nacional da Cerâmica de Alta Temperatura.

Com belíssimas paisagens somos o destino para quem ama o contato com a natureza, cultura, gastronomia e para a prática de esportes ao ar livre.

Acesse o Portal
Turístico Oficial
de Cunha.



JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente, Nobres Vereadores, o presente Projeto de Lei que propõe a alteração do parágrafo segundo do artigo 1º da Lei Municipal nº 1.414/2015, que disciplina a Contribuição para Iluminação Pública (CIP), passando a dispor que o valor arrecadado com a CIP será destinado prioritariamente ao custeio do consumo de energia com a iluminação pública, considerando que atualmente os 75% do valor arrecadado por vezes se torna insuficiente, fazendo que a Municipalidade aporte recursos próprios, ainda, a determinação de 25% da CIP, destinada exclusivamente à ampliação da rede, à instalação de novos pontos de iluminação pública, precisa ser estendida para arcar com às despesas de manutenção e aquisição de equipamentos e serviços da rede pública de iluminação.

A vinculação parcial de 25% da arrecadação da CIP atualmente compromete que significativa parte dos recursos não possa ser aplicada diretamente na melhoria do serviço de iluminação pública, considerando sua atual limitação, portanto, a referida alteração traduz em benefício direto à população, por meio de maior segurança pública, qualidade urbana e eficiência energética.

A destinação específica para ampliação, instalação, manutenção e aquisição de equipamentos cria previsibilidade orçamentária para investimentos estruturantes, reduzindo a prática de utilização indevida de recursos e fortalecendo a política pública de iluminação.

Ao direcionar recursos para manutenção e modernização da rede, o Município reduz custos operacionais e evita gastos emergenciais decorrentes de deficiências na infraestrutura. Investimentos em tecnologia mais eficiente (ex.: LEDs, sistemas de telemetria) promovem economia de energia e redução de despesas correntes no médio e longo prazo.

Visite Cunha, Capital Nacional da Cerâmica de Alta Temperatura.

Com belíssimas paisagens somos o destino para quem ama o contato com a natureza, cultura, gastronomia e para a prática de esportes ao ar livre.

Acesse o Portal
Turístico Oficial
de Cunha.



A priorização de manutenção preventiva e aquisição de equipamentos atualizados prolonga a vida útil dos ativos, reduzindo a incidência de reparos custosos e fraudes, além de aprimorar o atendimento às demandas da população.

A destinação expressa para o pagamento e utilização da CIP, ajuda o acompanhamento por órgãos de controle (Tribunal de Contas, Controladoria Municipal) e pela sociedade civil, promovendo maior transparência e legitimidade no uso dos recursos.

A vinculação integral da arrecadação não cria nova despesa à parte, mas direciona utilização da arrecadação já existente, o impacto orçamentário será limitado à movimentação da destinação dos recursos dentro do mesmo programa de despesas, evitando que a municipalidade destine recursos próprios, ajudando que valores sejam destinados especificamente a outros interesses sociais. Eventual necessidade de adequação da Lei Orçamentária Anual será observada pelas providências da Secretaria Municipal de Administração, com apresentação de estimativa de impacto, conforme a legislação vigente.

A melhoria e ampliação da iluminação pública contribuem diretamente para a qualidade de vida dos munícipes, segurança nas vias públicas, estímulo ao comércio local e valorização do espaço urbano, objetivos que correspondem ao interesse público municipal.

Conforme já destacado, atualmente o valor da conta de energia de iluminação pública, tem ultrapassado os 75% do valor arrecadado, inclusive necessitando que a Prefeitura aporte recursos próprios para complementação do valor, o que visa ser corrigido com o presente projeto de lei.

Diante do exposto, a alteração proposta ao parágrafo segundo do artigo 1º da Lei Municipal nº 1.414/2015 é medida técnica, jurídica e administrativamente adequada, compatível com os princípios constitucionais e com as boas práticas de gestão pública.



Requer-se, portanto, o empenho dos nobres vereadores para a aprovação deste Projeto de Lei.

Essas considerações, Senhor Presidente, revestem a proposta ora submetida à elevada apreciação de Vossa Excelência e seus pares, cuja implementação, em muito contribuirá para o fortalecimento da consecução das atividades, possibilitando ao Município, através de todos os seus Órgãos e Departamentos, garantir a prestação dos serviços públicos de uma forma mais eficiente, com a impessoalidade típica de qualquer Órgão de Estado.

Atenciosamente,

Cunha, 14 de novembro de 2025.

Rodrigo Sérgio do Nascimento

Prefeito Municipal

